



NOTA TEMÁTICA

“Mapas colaborativos como Ferramenta de Visualização dos Problemas de Acessibilidade em Salvador”

*Macello Medeiros^(**)*

A questão da Acessibilidade é um assunto que tange diversos setores da sociedade. Seja pela inserção no mercado de trabalho através da Lei de Cotas (Lei n. 8.213/91), passando pela obrigatoriedade de vagas em estacionamento público através da Lei n. 10.098/00, as demandas desse setor têm sido acolhidas e incorporadas nas agendas política, social e econômica no Brasil e no mundo. No entanto, ainda existe muito a fazer, quando nos referimos, por exemplo, ao direito de ir e vir das pessoas com dificuldades de locomoção e/ou mobilidade reduzida como os deficientes visuais, cadeirantes idosos, etc. Algumas entidades estão engajadas neste movimento como o GT de Acessibilidade, Mobilidade e Cidadania do CREA-BA, o Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência (COED), a Associação Baiana para Cultura e Inclusão (ABACI).

É fato que existe uma discussão no atual panorama político, econômico e social do Brasil relacionada à infraestrutura, à multimodalidade, à tarifação (justa) do transporte público, etc. No entanto, ainda é muito baixa a participação da população nestas discussões, muitas vezes não por falta

de uma vontade, mas por falta de uma ferramenta acessível às pessoas, dando voz ativa e trazendo-as para o meio das discussões. Segundo a Lei 12.587/2012 que trata da Política Nacional de Mobilidade Urbana, mais especificamente no inciso IV do artigo 14 no Capítulo III, todo usuário tem o direito de “ter ambiente seguro e acessível para a utilização do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana”, já garantido por leis anteriores, porém nunca respeitado.

A realidade dos pontos de ônibus da cidade de Salvador é, na sua grande maioria, crítica, assim como em outros equipamentos urbanos. Isso se dá mesmo em lugares onde existe uma maior circulação de pessoas com limitação motora, como no Hospital Sarah, referência em tratamentos desta natureza. Segundo o resultado parcial apresentado pelo projeto “Ponto Certo” (www.pontocerto.org), cujo objetivo é georreferenciar os pontos de ônibus de Salvador a partir de critérios de acessibilidade, dos 221 pontos inspecionados até o momento, somente 08 deles atendem aos critérios de acessibilidade como a presença de rampas e faixas de piso tátil, coberturas, boa conservação da calçada, etc.

Através de ações deste tipo, é possível mensurar a gravidade da situação e criar uma discussão ampliada, fazendo com que o usuário obtenha informações de forma acessível e atualizada sobre as condições de acessibilidade e mobilidade urbana. Tais informações também são asseguradas pela Lei citada, em seu inciso IV do mesmo Artigo e Capítulo e vão desde as mais básicas como o nome das linhas que passam nos pontos, horários, tarifas dos serviços e os modos de interação, até o estado de conservação de calçadas e passarelas, por exemplo.

Numa palestra proferida pelo Diretor do Programa de Análise Urbana do Texas Transport Institute. William E. Frawley, sobre “Mobilidade e Planejamento Urbano”, foi apresentado procedimentos necessários para elaboração de um planejamento, dentre eles a identificação de projetos, levantamento das necessidades da população e das fontes geradoras de tráfego, consideração das leis e dos investimentos disponíveis, e as formas de envolvimento do público. Ou seja, dentro de um processo que envolve o planejamento urbano e a mobilidade é fundamental a participação dos usuários do sistema de transporte. Segundo Frawley, existem algumas “técnicas” que podem envolver o público nas discussões, identificando, inicialmente, onde e como estamos envolvendo o público, uma delas técnicas é exatamente a utilização dos mapas e fotografias como forma de mostrar a realidade naquele momento, representando uma situação existente.

Isso facilita a “visualização do problema”, sensibilizando as pessoas que, aparentemente, não tem relação direta com a questão, porém não podemos esquecer que a grande maioria da população são usuários de transporte público, de uma maneira ou de outra, mesmo não possuindo limitações motoras. A utilização de mapas georreferenciados com esta finalidade vem sendo feita há algum tempo, principalmente quando se tornou possível gerar uma camada de informação sobre os mapas cartográficos após o processo de digitalização.

As ações utilizando as mídias locativas têm se tornado uma excelente alternativa para contribuir como ferramenta nesta comunicação entre população e os órgãos públicos, tendo a cidade como mediação. Alguns projetos de cunho colaborativo têm obtido sucesso ao desempenhar o papel de mediador, como é o caso do “Mapa dos Buracos” e o “Onde fui Roubado” presentes em diversas cidades no Brasil. Pelas suas características de participação da população na coleta destes dados, estas iniciativas também são conhecidas como ações de Crowdsourcing, pois reúne objetivos claros e organizados (top-down) como numa instituição, porém utiliza a força criativa e colaborativa das pessoas (bottom-up) que frequentam aquele espaço, neste caso, a cidade.



(*) A leitura de bordo é um documento minimamente editorado, por razões de eficiência de divulgação. Destina-se a um público estritamente interno ao Movimento CHIS.

Obs: Versão Eletrônica em CHIS.POP-BA.RNP.BR

(**)

